

Valdez-Tullett, J.; Pinto, F.; Nisa, J.; Santos, H. 2012. Carta Arqueológica de Nisa. O exemplo de Nisa e alguns resultados (Fase II). Almadan. nº 17. Almada: 106 – 116.

## **Carta Arqueológica**

### **O exemplo de Nisa e alguns resultados (Fase II)**

Joana Valdez

Filipa Pinto

João Nisa

Heloísa Santos

#### **Introdução**

O presente artigo refere-se à segunda fase dos trabalhos do projecto da Carta Arqueológica de Nisa, sendo que a primeira decorreu no ano de 2004, a cargo de uma equipa da Universidade de Évora, sendo o nosso a conclusão dos trabalhos iniciados anteriormente, desta feita direccionados especificamente para as freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e Tolosa, pouco ou nada contempladas na primeira fase dos trabalhos, segundo indicação da Câmara Municipal de Nisa.

A Carta Arqueológica de um qualquer concelho pretende contemplar o registo das várias ocorrências patrimoniais das suas diferentes freguesias, num documento que, em primeiro lugar permita um conhecimento aprofundado das condições Patrimoniais do município, mas também que auxilie no julgamento dos projectos de construção, desenvolvimento e gestão do património. Perante a constante pressão demográfica que se verifica hoje em dia, é necessário criar mecanismos de defesa que evitem as destruições fortuitas.

A elaboração de um documento como a Carta Arqueológica vai permitir que profissionais da área detectem zonas de maior ou menor sensibilidade arqueológica e patrimonial, possibilitando monitorizações mais rigorosas dos locais e controlo das condições de preservação.

Por outro lado, a Carta Arqueológica pode ser o ponto de partida para projectos de investigação de diversa ordem, nomeadamente referentes à valorização dos sítios, podendo culminar em interessantes estudos, musealizações, exposições, que dinamizem a cultura e a economia local ainda que, frequentemente, a médio e longo prazo.

Assim, a Carta Arqueológica não pretende analisar pormenorizadamente cada sítio, mas antes descreve-los sumariamente, contemplando informações que indiquem as suas tipologias, localizações, acessos,

estados de conservação, sendo que estes dados devam ser complementados por um adequado registo fotográfico. Perante as características e condições de cada ocorrência, poderá então proceder-se a recomendações quanto às medidas de minimização a ter em conta, no sentido da salvaguarda e protecção de cada sítio inventariado.

### **Caracterização Geomorfológica**

O concelho de Nisa situa-se no Alto Alentejo, e é actualmente composto por 10 freguesias, a saber: Alpalhão, Amieira do Tejo, Arez, Espírito Santo, Montalvão, Nossa Senhora da Graça, Santana, São Matias, São Simão, Tolosa.

Faz fronteira para Norte com Vila Velha de Ródão, da qual se separa através do rio Tejo, para Oeste com Mação e Gavião, para Sul com o Crato e Castelo, unindo-se a Espanha para Este.

O território que compõe o concelho abrange, em termos geológicos, uma zona de granitos, que se vão transformando em xistos e quartzitos conforme se aproximam do Tejo, com o qual partilha uma extensa margem de largos quilómetros.

Sobressai na região, a imponente crista quartzítica de Ródão, com uma orientação NNW – SSE, cuja extremidade meridional termina bruscamente por um desnível de 250 m. Este conjunto constitui o Monte de S. Miguel, o ponto mais elevado do concelho de Nisa, atingindo uma cota máxima de 460 metros de altitude (Ribeiro, *et al* 1965).

O Tejo surge encaixado num profundo vale, com margens xistosas, à semelhança da maioria dos seus afluentes, que fluem também em vales profundos e escarpados – rio Sever, a Ribeira de Fivenco, a Ribeira de Nisa (Ribeiro, *et al* 1965).

Os xistos da região são geralmente negros ou acinzentados, de cariz argiloso, por vezes micáceos e frequentemente alterados. *“Alternam entre eles bancadas um pouco gresosas, grauvacóides, ou mesmo quartzíticas, que predominam em algumas zonas, nomeadamente na região entre a faixa ordovícica, Fratel e Velada, entre Salavessa e Pé da Serra, etc.”* (Ribeiro, *et al* 1965). Os grauvaques desenvolvem-se particularmente entre Fratel e na Ribeira de Nisa.

O complexo xistento é acompanhado por numerosos filões quartzosos, uns de rochas básicas, outros ácidas.

A orla de contacto entre os xistos com o maciço granítico de Nisa origina uma faixa de xistos mosqueados, geralmente de granularidade fina, cuja largura não ultrapassa o quilómetro. Este contacto é brusco, originando uma faixa de metamorfismo com corneanas, xistos mosqueados, etc.

A paisagem da zona granítica exhibe os típicos caos de blocos, sobressaindo alguns exemplares de penedos pedunculados (Ribeiro *et al* 1965) e pertence ao grande afloramento de granito porfiróide do Norte do Alentejo.

A rocha predominante é o granito porfiróide de grão muito grosseiro, com duas micas, mas predominantemente biotítico, que constitui a quase totalidade da mancha granítica. Verificam-se algumas variações onde a rocha é menos grosseira, sendo que na zona de contacto com os xistos se observam pequenas manchas de granito de grão fino a médio, não porfiróide.

É nas zonas de contacto entre o xisto e o granito porfiróide que se registam maiores ocorrências de manchas de granito de grão fino a médio, ainda que geralmente, sejam de reduzidas dimensões. Para além destas, verifica-se também no território a existência de diversos filões, entre eles de quartzo, aplito-pegmatíticos, doleríticos e de microgranito (Ribeiro *et al* 1965).

As condições geológicas da região conduziram à exploração, ao longo do tempo, de vários recursos minerais, que se traduzem pela implementação de pedreiras e explorações mineiras, constituídas principalmente por filões de barite e galena, mas também forforitos e volframite, merecendo especial destaque a mineralização de urânio (Ribeiro *et al* 1965).

### **Breve Resenha Histórica**

A presença do Homem em Nisa remonta já a períodos muito antigos, conhecendo-se alguns vestígios pré-romanos e romanos, de alguma importância, como a Ponte da Senhora da Graça (CNS 2419), a exploração mineira do Conhal e da Laje da Prata (CNS 28372), bem como alguns achados descontextualizados, mas que revelam a ocupação do território durante estes períodos remotos, tais como algumas aras com inscrição (i.e. CNS 28477).

Na colina que fica contígua ao local onde dizem ter existido Nisa-a-Velha, situa-se actualmente a Capela da Senhora da Graça, mesmo no topo, local de romaria onde terá existido um “castro”, identificando-se três linhas de muralha. Surgiram também aqui vestígios romanos, tais como fustes de colunas, aras, tijolos e lateres (Murta 1997).

Segundo Pinho Leal esta povoação terá sido arrasada em 716 pelos árabes, pelo que já existiria no séc. VIII. Foi ainda neste sítio que em 1780 se encontrou uma ara com a seguinte inscrição: MAXIMVS/TALABRI. F./ANNORVM/XII H. S. E./S.T.T.L. (Leal 1873-1890; Murta 1997).

O primeiro foral de Nisa foi concedido entre 1229 e 1232 por Frei Estêvão de Belmonte, Mestre da Ordem do Templo, a quem pertenciam os terrenos que compunham a povoação (então integrada na grande Herdade da Açafa), por doação de D. Sancho I. Ainda que o documento já não exista, conhecem-se-lhe

referências escritas no foral da Vila do Crato (datado de 1232), de constituição muito semelhante (Leal, 1873-1890; Motta e Moura 1877; Figueiredo 1956; IPPAR).

Nisa terá sido comenda templária até 1311, sendo incorporada nos bens da Ordem de Cristo em 1319 e a 15 de Novembro de 1512 vê o seu foral renovado por D. Manuel I, em Lisboa.

Contudo, reza a história que a actual Vila de Nisa não será a primeira povoação aqui edificada, sendo ainda hoje conhecido um local, onde seriam visíveis estruturas antigas, cujo topónimo é Nisa-a-Velha.

A localização exacta do burgo já não será a mesma, uma vez que foi transferido para terrenos a poucos quilómetros do local original, na década de noventa do século XIII, devido às contendas decorridas entre D. Dinis e seu irmão, D. Afonso Sanches, senhor da vizinha Castelo de Vide (Leal, 1873-1890; Motta e Moura 1877; Figueiredo 1956; IPPAR). Para alguns autores, Nisa-a-Velha terá sido saqueada, queimada e arrasada pelo Infante, tendo sido posteriormente reedificada a cerca de 4 km para SW, por D. Dinis, como garantia da sua gratidão pela fidelidade do povo da vila (Murta 1997).

A reconstrução da povoação começou de imediato, coordenada pelo mestre da Ordem do Templo, D. Frei Lourenço Martins. Foi construído um castelo com seis torres e portas, iniciado entre 1290 e 1296, sendo que as muralhas estariam ainda em construção em 1343, no reinado de D. Afonso IV (IPPAR).

Nisa actual terá sido mandada erguer por D. Dinis junto ao castelo de Ferron, que pertenceria à Ordem do Templo, perto da Veiga do Azambujal. Também próximo desta veiga, e segundo Pinho Leal, existiria uma antiga torre conhecida por Torre de João Vaqueiro, que teria sido edificada pelos romanos durante o século II d.C., nas proximidades da qual existiria ainda um pequeno mosteiro habitado apenas por quatro monges agostinhos (Leal 1873-1890). Estes dados carecem de confirmação arqueológica.

A vila terá sido edificada nas condições de praça de guerra, cercada de muralhas e guarnecida por torres e cubelos, com seis portas e, no centro, um castelo torreado (Leal 1873-1890). A maior parte destas estruturas encontra-se hoje desmantelada, ou integrada em jardins, quintais e mesmo habitações domésticas.

O facto de Nisa se situar numa zona de fronteira sempre foi motivo para grandes investimentos nas suas fortificações, desempenhando um papel fundamental na defesa da independência do território, recebendo por isso o título de “Mui Notável”, atribuído por D. João I.

Em 1512, enquanto D. Manuel I atribui novo foral a Nisa, leva a cabo algumas intervenções nas estruturas defensivas, conforme atestado em lápide colocada junto à Porta da Vila. Em 1646 Nisa é elevada à Categoria de Marquesado, título outorgado ao 5º Conde da Vidigueira, D. Vasco Luís da Gama. No mesmo ano, em plena guerra da Restauração, o castelo é reforçado com uma segunda cinta defensiva, e outros acrescentos menores, como aconteceu em várias outras fortificações da época (IPPAR).

A derrocada do castelo deve-se, em grande medida, às escaramuças da Guerra da Sucessão de Espanha, na qual Portugal participava (entre 1703 e 1713), sendo que em 1704, durante a primeira campanha, foi ocupado por tropas franco-espanholas. A destruição continuou no séc. XIX, quando foram arrasados os paramentos seiscentistas (IPPAR).

Actualmente, deste castelo, restam apenas duas torres, alguns panos de muralha e duas portas, ainda do final do séc. XIII, a da Vila e a de Montalvão, assim denominada por se encontrar orientada para esta povoação.

Sobre a Porta da Vila encontram-se dois escudos, um deles, o de Portugal, com cinco quinas, as laterais ainda deitadas (anterior à reforma de 1485), sendo o outro de heráldica municipal. Em 1646 foi também aí colocada uma lápide evocativa da decisão tomada nas cortes de Lisboa, desse mesmo ano, na qual D. João IV torna oficialmente Nossa Senhora da Conceição a Padroeira do Reino. A colocação desta lápide, juntamente com um nicho onde estaria a imagem da Virgem, era um acto idêntico ao que decorreria na capital (IPPAR).

Esta lápide e uma outra manuelina, bem como a imagem da Virgem, foram retiradas em 1945, altura em que se pretendeu restituir a porta à sua traça original (Figueiredo, 1956; IPPAR). Apesar disso, conservam-se ainda dois escudos quinhentistas no pano de muralha anexo à porta.

A Torre do Relógio adossa-se a uma das torres da muralha, ainda que de construção posterior, sendo que também a torre da Igreja Matriz sobressai neste conjunto próximo da porta.

Com o crescimento da região, a vila começou a expandir-se para fora das linhas de muralha, estendendo-se sobretudo para Sul, onde a orografia é mais branda.

De origem antiga, facilmente se percebe que a História de Nisa se encontra ainda muito nublada pelo desconhecimento, oferecendo um enorme potencial e possibilidades de saber sobre o passado do Homem na região.

## **Objectivos e Metodologia**

Especificamente para a II Fase da Carta Arqueológica do concelho de Nisa, estabeleceram-se três objectivos iniciais:

1. **Levantamento rigoroso e sistemático das ocorrências patrimoniais nas freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e Tolosa.** Deste inventário deverão constar sítios já identificados por outros autores, ou que integram as Bases de Dados dos ex-institutos da tutela do Património (ex-IPA, IPPAR e DGEMN), actual IGESPAR, bem como estação inéditas, detectadas durante o decorrer do trabalho;

## 2. Como princípios fundamentais deste trabalho, pretendeu proceder-se à:

- Caracterização dos sítios do ponto de vista histórico, arqueológico e patrimonial;
- Avaliação da sua importância/relevância no panorama local, regional e nacional;
- Formulação de medidas minimizadoras dos impactes negativos que possam afectar o Património;

## 3. Sistematização dos dados recolhidos. Após o *terminus* dos trabalhos de campo, proceder ao processamento dos dados, organizando-os e integrando-os numa base de dados que permita o fácil acesso às informações.

Para fazer face aos objectivos determinados, a metodologia adoptada passou inicialmente pela compilação de dados bibliográficos ou referências documentais existentes sobre a região em questão.

Além dos dados bibliográficos, também a análise da cartografia, onde se incluem os ortofotomapas, se revela útil no decorrer do trabalho, na medida em que estes documentos podem fornecer indícios relevantes da existência de sítios com vestígios humanos passados. Entre estes conta-se, por exemplo, a toponímia, revelando-se fundamental na análise do território, a presença de simbologia referente a estruturas para captação de água (fontes, tanques, poços), mas também a igrejas, capelas, cruzeiros, etc.

A observação de fotografias aéreas, em particular através da visualização estereoscópica pode permitir a detecção, registo e interpretação de mudanças paisagísticas, bem como um rápido registo de vastas áreas da paisagem, servindo de complemento à observação directa do solo. Através deste método de prospecção é ainda possível o estabelecimento de padrões não reconhecíveis através do solo ou detalhes do meio ambiente, muito pequenos para serem visíveis na restante cartografia.

Após um conhecimento teórico mais aprofundado do concelho, parte-se para o campo percorrendo os sítios de valor patrimonial já referenciados através da bibliografia e outros conhecidos da tradição oral, que se mantêm vivos na memória das populações. Observam-se também outras áreas que, quer pelas suas características topográficas, quer toponímicas podem indiciar vestígios de algum tipo de ocupação.

Procurou-se também aplicar uma estratégia de prospecção sistemática ou *Fieldwalking* através da análise directa do terreno em zonas com características aparentemente mais sensíveis ou potenciais, no sentido de identificar sítios arqueológicos inéditos. Contudo, nem sempre foi possível aplicar este método, em particular devido ao tipo de vegetação que prolifera em algumas zonas, nomeadamente os abundantes e densos eucaliptais que, só por si, são já uma fonte de destruição de sítios arqueológicos.

Ao longo do périplo pelo Património das freguesias, os sítios foram identificados, localizados geograficamente, com o auxílio de GPS e numerados sequencialmente. Preencheram-se Fichas de Sítio criadas para o efeito de onde constam diversos dados tais como a descrição, tipologia e designação dos sítios, tipo de implantação, vegetação e topografia que caracteriza o local onde se insere o elemento patrimonial.

Consoante as conclusões retiradas no campo procedeu-se ao aconselhamento de algumas medidas de minimização que pretendem salvaguardar o património e evitar o risco do seu desaparecimento.

### **Resultados da Campanha de Prospecção**

Apesar da designação de “Carta Arqueológica”, foram registados, durante os trabalhos da II Fase, sítios de interesse patrimonial, não apenas de valor arqueológico, mas também arquitectónico e etnológico. Desde tempos imemoriais que o Homem se tem servido de determinadas características da geomorfologia envolvente para desenvolver a sua vida quotidiana, desenvolvendo diferentes formas de adaptação ao meio que servissem as suas necessidades. Por todo o território de Nisa a presença do Homem se encontra fortemente enraizada, encontrando-se sítios com evidentes ocupações pré-histórias, como sejam o abrigo dos Monizes (Espírito Santo), ou a Tapada das Eiras (Tolosa) onde foram identificados materiais líticos. Progredindo no tempo, salienta-se também a famosa Arte Rupestre do Tejo, grande parte submersa pela barragem de Fratel, também gravada nas margens do território de Nisa.

Não obstante o facto do território de Nisa ter conhecido várias ocupações ao longo do tempo, foi a partir do período romano que a presença humana se faz notar de forma mais intensa. Durante o decorrer dos trabalhos de prospecção foram identificados vários locais com evidentes vestígios de ocupação em época romana, sendo que muitos deles parecem encontrar-se ainda em boas condições de preservação. De entre os vários destaca-se, por exemplo, a Estação de Superfície do Fraguil (Alpalhão) onde existe uma enorme concentração de fragmentos cerâmicos, na sua maioria de utilização doméstica, mas também restos de mármore e blocos de granito. A estação de superfície do Fraguil é uma área com cerca de 500 metros de extensão e para além da cerâmica existe ainda um troço de um muro com blocos de granito. O sítio arqueológico parece concentrar-se no topo de uma pequena colina, sendo que os materiais surgem por escorrência, também na sua base. Desta área foram ainda recolhidos vários pesos de tear e um capitel de granito, actualmente à guarda do proprietário. Não muito longe encontra-se a Estação de Superfície da Raposeira, também com evidentes vestígios de ocupação romana pelos inúmeros fragmentos cerâmicos que se observam no solo, mas também pelos blocos de granito almofadados que foram provavelmente reutilizações na construção de um pontão que atravessa a Ribeira do Sor.

Mas o território nisense foi alvo de uma ocupação continuada como atesta a Estação de Superfície do Patalou (Espírito Santo), uma área de cerca de 250 m<sup>2</sup> com uma enorme dispersão de materiais que percorrem todos os períodos. Trata-se de uma vasta área de terreno, próxima de um curso de água, onde se verifica uma grande dispersão de materiais em particular cerâmicos, de construção, bem como fragmentos de *opus*. A estação estende-se até à ribeira e pelos materiais observados à superfície e outros recolhidos por habitantes locais, percebe-se que este será um sítio de extrema importância no contexto cultural da região, e também que foi alvo de ocupação durante vários e distintos períodos. Aqui surgiram alguns líticos, talvez associados à anta de corredor que aqui se encontra implantada, a poucos metros de três cistas, um menir e algumas sepulturas escavadas na rocha. Entre os materiais recolhidos por habitantes locais contam-se líticos, vários fragmentos de cerâmica comum, de construção, de produções finas e grosseiras, de várias cronologias. Um prato metálico, placas de cinturão visigóticas, pesos de chumbo, fibulas, moedas romanas, entre muitos outros materiais. Para além das duas estações de superfície aqui mencionadas, foram identificadas várias outras, todas de elevada importância e densidade de vestígios. A Estação de Superfície da Tapada Nova, a Estação de Superfície da Fonte do Freixo, ou a Estação de Superfície da Raposeira são outros bons exemplos deste tipo de sítio arqueológico.

O período medieval foi fértil em Nisa, tendo-se verificado aqui muita actividade, conforme se referiu na Breve Resenha Histórica. Como tal, é natural que os vestígios observados e registados para este grande período sejam abundantes. Para além das estruturas de encastelamento, das quais infelizmente pouco ou nada sobram, o território de Nisa não deixa de surpreender. De facto, foram identificadas, no concelho de Nisa, cerca de 70 sepulturas escavadas na rocha, sendo a maior parte delas se encontram concentradas na freguesia de Espírito Santo. Um túmulo rupestre pode ser definido como sendo um fosso escavado na rocha e com um arranjo interno. As sepulturas escavadas na rocha seriam, provavelmente resguardadas, ainda que existam poucos indícios destes sistemas de cobertura que podem ser conseguidos, frequentemente, com monólitos ou através de lajes justapostas.

Existem em Nisa múltiplos exemplos de sepulturas escavadas na rocha, quer sejam isoladamente, ou em pequenos núcleos constituídos por duas a cinco covas. A partir de seis sepulturas alguns autores começam já a falar de necrópoles (Barroca 1990).

Estes vestígios arqueológicos despertaram acesas polémicas no que diz respeito à sua filiação cultural e cronológica, ainda que actualmente seja relativamente consensual a sua atribuição às centúrias que antecedem a formação da nacionalidade (séc. VIII – XIII), no caso específico do território português. A falta de mobiliário funerário pertencente a este tipo de sepulturas é o entrave principal à definição cronológica. Segundo Alberto del Castillo poderão atribuir-se as sepulturas mais simples, sem sintomas de antropomorfismo a épocas mais antigas, sendo que a o avançar dos séculos conduziu à complexificação dos sepulcros, progressivamente mais elaborados. Começam a surgir as composições



na cabeceira, com características antropomórficas e outros entalhes que acondicionariam melhor o corpo do defunto (Barroca 1990). A litologia das sepulturas varia consoante a região e as características da geologia local poderiam dificultar a sua orientação de W – E, geralmente utilizada para que os corpos enfrentassem Jerusalém no dia do Juízo Final. Em Nisa conhecem-se sepulturas escavadas em suportes graníticos, mas também xistosos, que condicionam muito a elaboração das mesmas.

As Sepulturas Rupestres são documentos fundamentais no estudo da Reconquista, proporcionando elementos susceptíveis de contribuir para o esclarecimento de diversos problemas, desde aqueles que se prendem directamente com o ritual funerário, com as cerimónias litúrgicas, com aspectos das mentalidades colectivas, e até vastas e complexas questões, como sejam a matriz de povoamento no período da Reconquista (Barroca 1990).

As sepulturas rupestres constituem o maior grupo tipológico na Carta Arqueológica de Nisa. Só na freguesia de Espírito Santo foram identificados mais de 60 túmulos. No território em questão surgem, muitas vezes, em penedos de contornos arredondados e isolados no espaço, mas também em afloramentos maciços de dimensões e altitudes diferentes, ou até mesmo em afloramentos rentes ao solo, passando praticamente despercebidas. Por vezes encontram-se sepulturas agrupadas, geralmente não excedendo o número de 3 por grupo. Contudo, existe o exemplo do núcleo de sepulturas do Boloteiro, onde seis covas estão escavadas num mesmo afloramento, de forma organizada, fazendo supor que pertenceriam a um agregado familiar.

As sepulturas podem descrever-se apenas como um rectângulo simples escavado na rocha, sendo que numa fase mais avançada da sua utilização estes elementos funerários começam a complexificar-se, surgindo os rebordos, os orifícios de escoamento, a definição das cabeceiras. A utilização destes elementos varia consoante a cronologia, mas também de sepultura para sepultura.

De uma forma geral, estes túmulos orientam-se segundo um eixo W – E, podendo contudo variar ligeiramente, chegando mesmo às orientações S – N. Relativamente à sua cronologia, apesar de existir, no seio da comunidade científica, alguma discórdia quando à atribuição de um período de vigência para estes vestígios, actualmente são geralmente atribuídos à Idade Média.

Todos os exemplares se encontram violados, não possuindo laje de cobertura nem qualquer tipo de mobiliário funerário associado. As sepulturas escavadas na rocha de Nisa serão alvo de um estudo mais aprofundado e conseqüente publicação por parte dos signatários.

O surgimento do Castelo, em Portugal, não pode ser dissociado do evento da Reconquista, tratando-se de uma das construções representativas de maior poder na Idade Média (Barroca 2000). Conceptualmente um Castelo traduz-se como sendo uma *“estrutura amuralhada rodeando um pequeno pátio, servindo de abrigo a uma guarnição militar quem tem por missão velar pela segurança de um território vasto”* (Barroca 2004).

No concelho de Nisa conhecem-se quatro castelos: Amieira do Tejo, Alpalhão, Nisa e Montalvão, ainda que nem todos se encontrem no ideal estado de conservação.

Desconhece-se a data exacta de fundação do Castelo de Alpalhão. Pensa-se que terá sido edificado cerca do ano 1300 durante o reinado de D. Diinis.

Segundo o Livro das Fortalezas de Duarte d'Armas (1509-1515), o Castelo de Alpalhão teria uma planta rectangular, com torre de menagem quadrangular a SW. Em cada um dos restantes ângulos do castelo situavam-se cubelos circulares. A entrada principal far-se-ia pela porta Sul, e na referida obra não se verifica a existência de outras entradas. Não restam estruturas visíveis deste monumento, sendo provável que muitos dos seus alçados tenham sido absorvidos pela actual malha urbana. Em 1874 Pinho Leal faz referência ao estado de desmantelamento do Castelo. Pensa-se que próximo da Torre do Relógio exista ainda um torreão do Castelo, hoje transformado em horta.

Ainda relativo ao período medieval e moderno, é de salientar a presença da comunidade judaica no território de Nisa, em particular nas povoações de Nisa (freguesias de Espírito Santo e Nossa Senhora da Graça) e Alpalhão. Pelas ruas destes aglomerados urbanos é possível observar diversas ombreiras de portas e lintéis, nas ruas mais antigas das vilas, gravadas com motivos cruciformes ou simples sulcos.

Estas cruces são, geralmente, sinónimo da presença judaica, a partir do período moderno, significando a conversão dos mesmos ao cristianismo, numa tentativa de fugir aos braços da Inquisição. Se por vezes se encontra apenas uma cruz numa ombreira, é também frequente a existência de múltiplos cruciformes de várias tipologias, nas várias partes constituintes das portas.

Também ao ar livre e em afloramento ou lajes soltas se identificaram gravuras, ainda que nem sempre de fácil leitura. Em várias ocasiões, as ocorrências registadas são de cruces que as Ordens Religiosas utilizavam para demarcar os seus territórios através da insculptura das suas insígnias na rocha. Esta prática não só era utilizada em afloramentos graníticos, como também em marcos paralelipédicos, de pedra (geralmente granito, no caso de Nisa), que seriam dispostos de forma alinhada, delimitando assim o território posse da Ordem.

Em Nisa foram identificados alguns destes marcos, estando por vezes situados *in situ* ou aproximadamente no seu local de origem. Outros terão sido retirados ao longo do tempo.

De uma forma geral os marcos de delimitação de propriedade são blocos paralelipédicos, geralmente de granito, com cerca de 1 m de comprimento à superfície. A zona inferior destes blocos seria mais larga para que estes fossem colocados na posição vertical. As cruces era insculpidas através da execução de sulcos ou do afeiçoamento dos blocos de granito, de forma a obter altos-relevos.

Alguns blocos estão gravados em ambas as faces, outros possuem apenas uma superfície trabalhada. A tipologia das cruces também pode variar ligeiramente.

Mas nem só de Património Arqueológico se faz uma Carta Arqueológica, e ao longo do trabalho fomos também registando o Património Edificado e Etnológico presente no território. Assim, registaram-se alguns exemplares de um tipo de estrutura muito peculiar e incógnita existente nesta região.

De planta circular e com paredes compostas de blocos irregulares de pedra não aparelhada, os chafurdões continuam a ser um mistério para a etnografia alentejana. Supõe-se que estas estruturas, dispersas pelo território e situadas no meio dos campos, possam ter servido de abrigo, forno, para armazenamento de alfaias agrícolas, albergue de animais. Actualmente, alguns chafurdões são ainda utilizados para servir diversas necessidades, ainda que a maior parte das estruturas estejam abandonadas, não servindo qualquer propósito. Desconhecendo-se a origem destas estruturas, a sua cronologia é também uma incógnita.

Como exemplos, o Chafurdão dos Agrões é uma estrutura de planta circular composta por blocos de granito de dimensões diversas, não aparelhados. A cobertura é feita através da colocação de grandes e finas lajes de granito, perfazendo um círculo, fechado por uma laje no topo. Possui apenas uma pequena entrada. Já o chafurdão de Pero Galego situa-se na freguesia de Montalvão, e caracteriza-se como sendo uma estrutura circular com falsa cúpula, feita de xisto.

Outra tipologia de património assinalado como etnológico são as passadeiras, que de uma forma geral se podem caracterizar como sendo conjuntos alinhados de blocos de pedra, de morfologia paralelepípedica, dispostos de forma equidistante no leito dos cursos de água. Não sendo possível a construção de uma ponte ou pontão para atravessar os cursos de água, era frequente o recurso a estas soluções de passagem a vau, permitindo que as pessoas atravessassem os cursos de água, saltitando de pedra em pedra. A sua constituição das passadeiras difere de sítio para sítio, sendo o número de blocos muito variável e dependente da dimensão dos leitos em questão. Relativamente à matéria-prima, em Nisa registaram-se Passadeiras de granito, mas também de xisto. Se algumas possuíam apenas 6 pedras, outras chegam aos 30.

Ao longo de dois meses de trabalho de campo, foram identificados 330 sítios de valor patrimonial dispersos por 41 tipos distintos de ocorrências. Foram contemplados três tipos de Património: Arqueológico, Arquitectónico, Etnográfico. Todos caracterizam a região, e é tão importante preservar os vestígios materiais do passado longínquo, como daquele passado próximo da actualidade, representativo dos costumes e tradições locais.

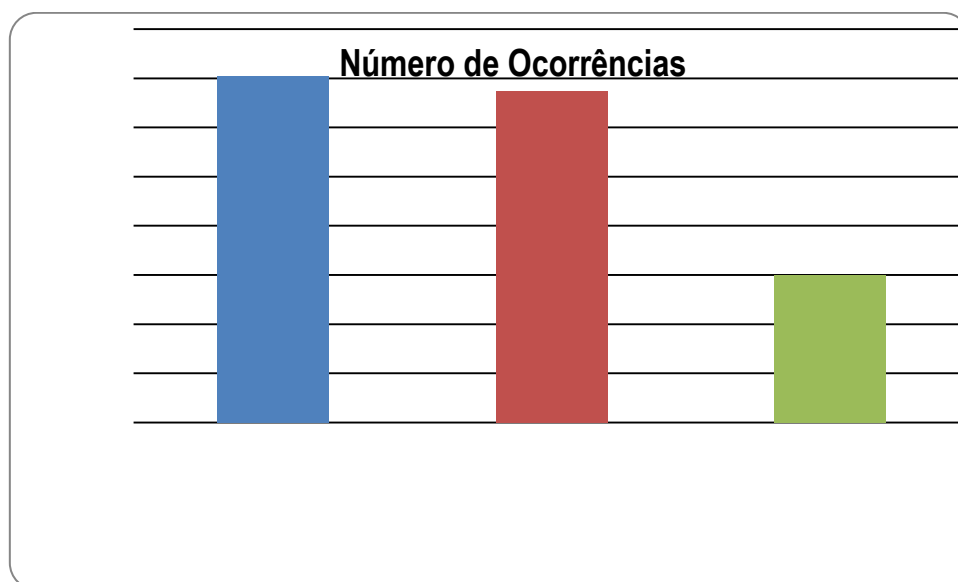
O levantamento não se limitou às freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e Tolosa, inicialmente alvo deste projecto, mas estendeu-se ainda às restantes freguesias do concelho, à excepção de Santana, uma vez que no decurso dos trabalhos de campo a equipa se foi deparando com outros locais que não estavam ainda registados no primeiro Inventário da Carta Arqueológica.

## Conclusão

Nisa surge no panorama do Alto Alentejo como uma vila, com seu território extenso e geomorfologicamente diversificado, muito rica em evidências materiais do passado.

Encontrando-se na transição entre a Beira Baixa e o Alto Alentejo, apresenta diferentes Paisagens, que vão desde as zonas mais montanhosas, a Norte, quando se encontra com o Vale do Tejo, até às planícies típicas do Alentejo. Ao longo destas transformações do terreno vão-se detectando vestígios da apropriação do espaço pelo Homem, moldando a envolvente ou acomodando-se a ela, segundo as necessidades que sentia. Esta interacção entre o Homem e a Paisagem tem vindo a deixar as suas marcas no território deste tempo imemoriais.

O resultado das campanhas de prospecção e levantamento da II Fase da Carta Arqueológica do Concelho de Nisa foi muito frutífero, tendo sido identificados 330 sítios considerados como detentores de valor patrimonial.



Percorrer o terreno foi importante nesta tarefa, tal como a ajuda dos populares, com o contributo das suas histórias e conhecimentos acerca dos locais dos antigos e/ou mouros.

A dispersão de sítios de valor patrimonial em Nisa é grande e através da sua tipologia percebe-se que o concelho terá sido ocupado desde a Pré-História até à actualidade, de forma intensiva. Sente-se, portanto, a necessidade de apostar neste sector, ainda que seja de forma pouco intrusiva, através de monitorizações, vigilâncias e limpezas mais assíduas.

Fazendo uma análise final dos resultados das duas etapas da Carta Arqueológica de Nisa, verifica-se que o concelho possui um elevado potencial arqueológico, histórico e etnológico.

Apesar dos muitos sítios registados nas duas campanhas de execução da Carta Arqueológica do Concelho de Nisa, temos consciência de que o documento se encontra ainda incompleto e que não seria descabido investir numa terceira fase de trabalhos.

Implantando-se numa das zonas mais deprimidas do país, e tendo em conta que o Turismo Cultural e de Qualidade é, actualmente, muito procurado, Nisa poderá ter no seu Património uma fonte de desenvolvimento económico importante.

A maior parte dos sítios identificados no concelho, e em grande medida, os sítios de elevado interesse arqueológico, têm ainda todo um trabalho de investigação pela frente, que não deveria ser descurado.

Cabe-nos agora a importante missão de proteger e, se possível, estudar esse Passado, procurando disponibilizá-lo e narrá-lo aos seus herdeiros.

## **Bibliografia**

ARMAS, Duarte d' – *Livro das Fortalezas*, ed. Fac-similada, 1990.

BALESTEROS, Carmen – A tradição das gravações de simbologia religiosa judaica e cristã em ombreiras de portas, In: *Actas do II Encontro de Portalegre*, s.d.

CAPELÃO, Joaquim Carrilho (ed) – Alpalhão, Alto Alentejo (Minha Terra Mãe) – Breve Resenha, 1993

CEBOLA, Carlos, *Nisa – A outra História*, Edições Colibri, Lisboa, 2005

CENTRO de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Rodão, *Vila Velha de Rodão – Viagens do Olhar*, Vila Velha de Rodão, s.d.

FIGUEIREDO, J. F., 1956, *Monografia da Notável vila de Nisa*, reimpressão fac-similada da edição de 1956, s.l. [Lisboa], Edição da Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1989.

KEIL, Luis, *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Portalegre*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, 1880.

LEITÃO, Alzira (ed.), *Pequena Monografia de Tolosa*, s.l. [Tolosa], s.d.

MEMÓRIAS Paroquiais de 1758 (Matias (São), Nisa), ANTT, vol. 23, nº 88, pp. 587 – 596 (Documento disponível em micro-filme em <http://ttonline.iantt.pt>).

MEMÓRIAS Paroquiais de 1758 (Espírito Santo, Nisa), ANTT, vol. 24, nº (N) 24a, pp. 155 - 182  
(Documento disponível em micro-filme em <http://ttonline.iantt.pt>).

MEMÓRIAS Paroquiais de 1758 (Nossa Senhora da Graça, Nisa), ANTT, vol. 25, nº (N) 24, pp. 141 - 182  
(Documento disponível em micro-filme em <http://ttonline.iantt.pt>).

MEMÓRIAS Paroquiais de 1758 (Nossa Senhora da Graça, Nisa), ANTT, vol. 36 nº 61, pp. 551 - 554  
(Documento disponível em micro-filme em <http://ttonline.iantt.pt>).

MOTTA E MOURA, J. D. G., *Memória Histórica da Notável Vila de Nisa*, Lisboa, 1877.

MURTA, José Dinis – Um passeio à Senhora da Graça (Nisa), *Ibn- Maruan*, nº , 1997

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Enes d' (ed.) *Monografia de Tolosa*, s.l. [Tolosa], 31.X.1954.

SALVADO, Pedro; CARVALHO, Rogério – Dois Vasos de Cerâmica Comum de uma Necrópole do Concelho de Nisa. Separatada de “*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol XXVII, Fasc. 1-4 (1987).

RIBEIRO, O.; TEIXEIRA, C; CARVALHO, H. de; PERES, A; FERNANDES, A. P. – Nova explicativa da folha 28-B, Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000, Lisboa, 1965

SOUSA, Tude Martins; RASQUINHO, Francisco Vieira – Amieira e o seu termo – Amiei do Antigo Priorado do Crato (subsídios para uma monografia), Imprensa Nacional – Casa da Moeda na Gráfica Imperial, Lda, 1936